

Titel: Waffenhandel und Gewalt
Datum: 09.11.2019
Uhrzeit: 11:00 Uhr

Podium/input: Bruno Langeani (Sou da Paz) e Ralf Willinger

Moderation: Andrea Zellhuber e Annette Mokler
Protokoll: Fabiana Kuriki e ?

Waffenhandel und Gewalt / Comércio de armas e violência

Introdução

Foi realizada uma rodada de apresentação e em seguida uma dinâmica para que as pessoas pudessem identificar se já tiveram algum contato com violência, envolvendo armas de fogo ou não, para reflexão de que armas é algo que vivemos na pele, faz parte do nosso dia a dia

Em seguida, foi apresentada um vídeo do Encontro Nacional de Mães, do El País. TdH trabalha com organizações no nordeste que vivem a mesma problemática da violência armada. Link do vídeo de violência armada do Estado - <https://youtu.be/E9IeCWzwNDM>

O motivo de mostrar este vídeo é para apresentar outro aspecto da violência com armas de fogo, que é a violência do Estado. Geralmente aborda-se a violência envolvendo crime. Este caso, mostra a organização das mães, na mobilização contra a violência do Estado com jovens negros, este tipo de violência temos que visibilizar para que tenha impacto quando nos referimos sobre a exportação de armas (da Europa).

TdH CH – Annette Mokler: as mães da saudade são estigmatizadas como mães de „filhos de bandidos“, estão depressivas. No Brasil e aqui na Europa, julgamos estas mães como „mães de bandidos“. TdH tem foco em jovens e mães da saudade, que trabalham em regiões de extrema violência. Estas famílias encontram-se em extrema vulnerabilidade social e estas famílias são estigmatizadas, influenciadas pela mídia, que replica a expressão „bandido bom, é bandido morto“. Jovens negros são mais expostos à violência e assassinatos do que os jovens brancos. Estas mães buscam a história de seus filhos, para reverter estes preconceitos. Em Salvador, a Cipó, organização apoiada pela TdH, se foca na temática do „extermínio da juventude negra“ e por meio de metodologias de comunicação, produzem recursos audiovisuais advindos de audiências públicas.

Mais informações:

<https://jnpp.cipo.org.br/>

<https://gcasc2019.blogspot.com/>

<https://terredeshommesschweiz.ch/was-wir-tun/international/brasilien/>

TdH DE – Ralf Willinger: de 65.602 mortes no Brasil, 5.012 aconteceram em ações policiais (2017). A taxa de mortes em geral caiu em geral, mas a taxa de mortes pela ação da polícia subiu. No caso de São Paulo, as mortes são concentradas em determinados bairros. Geralmente os casos de violência policial não são registrados ou investigados. No projeto de CEDECA Sapobemba, em uma roda de capoeira, a polícia entrevistou e queria tirar os jovens do encontro. Ao questionar a polícia, houve reação policial acarretando em ferimentos de jovens que estavam apenas em um encontro de capoeira. Outro caso é de um jovem que foi comprar drogas e foi flagrado pela polícia. O traficante foi liberado e o jovem foi morto. Tem um caso de um jovem que foi baleado na perna e os policiais envolvidos, visitaram o menino e o ameaçaram, caso ele os denunciasse. Este projeto no CEDECA tem um advogado, que acompanha os casos de jovens vítimas do abuso da violência policial. Gerd Müller visitou o projeto no CEDECA e foi importante para os jovens saberem que um ministro foi visitá-los. E também é uma forma dos policiais perceberem que existem parceiros internacionais observando a comunidade. Outros projetos baseiam-se em mediação de conflitos, porque os jovens envolvidos vivem em seu cotidiano a violência em seu universo. É importante ver que existem metodologias que podem contribuir para a redução de violências, como o Projeto Rede de Jovens, que Mariana Andrade é delegada da TdH Juventude da América Latina. Em consulta ao ministro Müller, ele afirmou que estão observando a situação de violência no Brasil, no entanto a Alemanha continua exportando armas.

Instituto Sou da Paz

O Instituto Sou da Paz (ISP) trabalha há 20 anos com Segurança Pública e nasceu cobrando respostas do Estado sobre as mortes de jovens. O Sou da Paz trabalha na prevenção de violência com jovens que já cometeram ato infracional e o tratamento do Estado é ruim. Cabe à organização acompanhar os jovens tentando fazer um trabalho com a rede de acolhimento, para romper o ciclo criminal. Tem um trabalho na região da Brasília, Zona Norte, um trabalho forte com a polícia, no que se refere à abordagem policial, de gestão do uso de força policial e trabalho forte de pesquisa. Não adiante ter o melhor diagnóstico sem mobilizar.

O continente Latino-americano é o mais violento. Na América Latina, a arma de fogo é um elemento potencializador da violência. No Brasil são 58 mil assassinatos. A taxa de homicídios no Brasil é de 25/100 mil. Entre jovens, 60/100 mil e entre negros 75/100 mil. Não é possível falar da violência sem fazer o recorte racial. No Brasil, 74% das mortes são cometidas com armas de fogo. No Brasil, não dá para falar de redução de violência sem falar sobre controle de armas de fogo. É fundamental controlar armas de fogo e munições, produzir melhores diagnósticos e controle pelo Estado.

Brasil de Bolsonaro

Existe a abertura para o aumento da potência das armas permitidas e facilitação de compra. O discurso do governo legitima e incentiva a violência policial. Tem ocorrido mudanças legais e institucionais que facilitam a violência institucional e dificultam a punição. Em 2018, em 15 de janeiro, Bolsonaro lançou um decreto que fere a legislação brasileira, facilitando a compra de armas, a potência que aumentou em 4 vezes (com armas de calibres mais potentes e letalidade maior, com capacidade de munição mais alta). Hoje, em áreas

rurais por exemplo, é permitida o uso de armas em toda a sua extensão rural, em áreas onde não é possível ter fiscalização.

Dados no Brasil

11 em cada 100 mortes são provocadas pela polícia. 6.220 vítimas em 2018. 75% negros, 80% entre 15 e 29 anos (Forum Brasileiro de Segurança). Em São Paulo, 63% até 29 anos, 1 em cada 3 tem entre 14 e 18 anos, 60% negros. No RJ, o número de mortes vai estourar. Houve um aumento de 32% e até agora 19%. Em São Paulo, o governador Dória assumiu o discurso de Bolsonaro. O Comandante Geral do Estado peitou Dória e ele é muito comprometido com os casos de mortes por violência policial. Ele é uma liderança preocupada com o tema. Em 2018, ele conseguiu uma queda de 10%. Em 2019, voltou a aumentar. O que podemos sugerir é que o discurso de Bolsonaro tem uma consequência. Bolsonaro participa e frequenta formaturas da policiais há mais de 10 anos. Vemos um aumento na participação do Estado no número de mortes.

Mudanças práticas possíveis

O Encontro Nacional de Mães teve um papel importantíssimo para que na PL do Moro, o item de “licença para matar” caiu. Este movimento de base no advocacy tem uma função muito importante. Incentivos públicos de premiação, impactam muito na “permissão” da licença para matar. Uma mudança na lei penal, sugerida por Moro, seria trágico para o Brasil.

O movimento das mães, no caso do Ceará, fez uma pesquisa com adolescentes mortos. Conseguiram pegar dados dos jovens, da escola, relações do sistema de saúde e visitaram quase 300 famílias. Os entrevistadores comentaram que muitas destas mães comentaram que o Estado nunca procurou saber sobre os casos ocorridos. Este é também um tipo de violência do Estado nestes casos.

No caso de homicídios em serviço (por parte da polícia), muitos não são notificados. No caso de desaparecimento ou de grupos de extermínio, são casos difíceis de esclarecer. Policiais conhecem o sistema e como atuar e é difícil investigar.

Rodada de respostas

- Nas últimas pesquisas, a maioria é contra o porte de armas: 75% é contra.

- O ISP pesquisa outros tipos de violências da polícia. Sim, o ISP pesquisa o uso da força como um todo. Em SP, tem um projeto piloto de instalação de câmeras no uniforme do policial. A PM de SP tem uma vontade de profissionalizar. A possibilidade de gravar a ação policial, permite melhorar o treinamento.

- Entramos num ciclo no Brasil, que ou você está do lado do policial ou você está do lado da mãe. É importante estar do lado dos seres humanos.

- O tipo de trabalho que ISP faz, precisa de uma parceria nos Estados. É importante entender o Brasil é um país é muito violento há 3 ou 4 décadas, e teve uma mudança na concentração da violência. Hoje, houve um alargamento da violência em várias Estados. Hoje, existem facções espalhadas por estados ou conectadas. Por isso, você vê disputa em cadeias e tem esta percepção do crescimento da violência que migrou por vários estados. Nos anos 90, a violência concentrava-se nas grandes metrópoles.

- Por muito tempo, a tratou-se a polícia como “inimigo de direita”. Não podemos jogar os policiais para o “colo” da direita. ISP tem um prêmio para policiais, como forma de dialogar com a polícia. Ao mesmo tempo que denunciam chacina, tentam fazer um trabalho interno de mudança de procedimento. É óbvio que se quer que os casos sejam esclarecidos, mas é preciso trabalhar na prevenção e apanham de organizações de todos os lados. É importante entender o contexto de diálogo mas é claramente um assunto desafiador.

Controle de armas

Cadeia que envolve o controle de armas: Controle, fabricação e comércio > Requisitos para compra e porte de arma > Fiscalização de grupos vulneráveis > Rastrear e combater o tráfico de armas > Campanhas de redução da demanda e entrega voluntária (o Brasil foi pioneiro na campanha de entrega voluntária) > armazenamento seguro e destruição rápida

Estatuto do desarmamento

Nova legislação adequada ao nosso contexto

- Compra e posse em casa (25 anos, sem antecedentes, testes e técnico) Porte civil proibido como regra > com Bolsonaro, a renovação de autorização de porte de arma subiu para 10 anos
- Marcação de armas e munições > O Brasil é um dos poucos países que tem regras de marcação. No Lobby da bancada da bala, a marcação da bala vale só para munições usadas pelo sistema de segurança pública
- Bancos de dados nacionais > O Estatuto do Desarmamento unificou dados nacionais
- Crimes para coibir o mau uso (comércio, tráfico ilegal, etc)
- Campanha de Entrega Voluntária (mais de 600 mil armas entregues) > quem tinha arma tinha um prazo para se regularizar, mas quem não quis se regularizar, acabou entregando as armas na campanha.

Onde armas e munições conectam neste assunto?

Controlar armas e munições da polícia é controlar o uso da força. No caso dos policiais deram mais de 100 tiros em carros de jovens mortos no RJ, os policiais foram condenados. Na investigação analisaram que 4 batalhões do RJ usavam sozinhos a maior parte de consumo de munição por batalhão e por policial. Isso fez com que outras medidas de trabalho com policial fosse readequado. Percebeu-se que a letalidade policial é concentrada por regiões e batalhões. Ter informações sobre uso de munições por policial / batalhão, te permite fazer um trabalho de prevenção.

A marcação e controle de arsenais da polícia como forma de prevenir ou esclarecer casos. O estojo da munição é prova importante. E se é marcada, como no caso do assassinato da juíza Patricia Aciolli, ficou claro que, por caso da munição, ela foi assassinada por policiais que não só usaram a munição como as armas da polícia. O mesmo caso aconteceu na zona sul de SP. O terceiro caso, de Marielle Franco, encontraram munição marcada. A PF não cumpriu as regras do exército de lotes e por isso hoje, não tem como rastrear. Neste caso da munição usada no assassinato de Marielle, se a PF tivesse seguido as regras

de controle de lotes, poderia ajudar a esclarecer o autor do caso do assassinato. Isso é importante porque, munições pagas com dinheiro público, usado para assassinar pessoas.

É importante o controle de armas já apreendidas, para que não voltem ao crime ou mesmo sejam usadas para “esquentar” casos de execução. Policiais que cometem abusos, tem mecanismo de fugir da punição. O kit vela ou kit flagrante, por exemplo, o policial coloca uma prova falsa para justificar como ocorrência do assassinato e “esquentar” a ocorrência.

É importante olhar a cadeia de custódia das apreensões:

- Polícia no âmbito estadual
- Polícia militar faz patrulhamento
- Policia civil faz investigação

Delegacias fazem investigações > segue para perícia > vira um processo judicial > arma segue com o processo e a arma apreendida é armazenada no judiciário.

Como é o fluxo da cadeia de custódia:

As melhores práticas internacionais dizem que é necessário ter uma cadeia rápida. A arma apreendida num crime, tem que ser rapidamente destruída. Com o governo que temos, Bolsonaro quer passar uma legislação, que armas apreendidas sejam doadas ou leiloadas. Se a proposta de Bolsonaro passar, mais armas podem ser desviadas. É uma lógica oposta de valorização da vida.

Por que a destruição é tão lenta:

Porque pela legislação, em um processo judicial, pode demorar. As armas ficam sob tutela da justiça e neste tempo, a arma pode ser desviada ou se perder.

Armas do crime

- A arma que está matando o brasileiro, não é o fuzil. As armas curtas são as que mais matam, porque são mais fáceis de esconder e que está no mercado legal. Está no sistema de segurança privada, polícia, nas casas. No Brasil, o tipo de arma que pessoas podem ter, impacta no tipo de arma usada na violência.
- O Brasil é o terceiro maior produtor de armas pequenas e munição.
- Apesar das armas estrangeiras não serem a maioria no Brasil, elas são menos comuns mas mais letais.
- A participação das fábricas de calibre de uso militar, não sendo a maioria, causam estragos maiores. São armas que atravessam duas paredes e vitimização de civis muito maior.
- No RJ, tem mais armas longas, por exemplo. O RJ este ano vai bater o recorde de fuzis apreendidos. Era 3% ou 4% por ano. Em 2019, vai passar 7% de fuzis apreendidos. Apesar de ser só 7% apreendidas, são armas altamente utilizadas com maior quantidade de munição.

Alemanha e Suíça

CH: Astra Defense

DE: HK, Carl Walther, Sportwaffen, Mauser e Sig Sauer

Este ano, o problema deve crescer, porque Bolsonaro tirou monopólio da produção nacional. Agora todos poderão comprar armas estrangeiras. A Sig Sauer está interessada em abrir o mercado no Brasil.

Por que olhar o perfil de arma longa? Muitos fuzis e munições no RJ faz com que o Brasil lidere o rank de bala perdida na América Latina e Caribe. Quando você tem crimes usando muitos fuzis, a pessoa ativa no que vê e acerta no que não vê.

É preciso entender, as violações de direitos humanos que a presença de armas provoca, a reação em cadeia. Os tiroteios no RJ, interrompeu, por exemplo, 100 dias de aulas. Então neste tipo de operação policial não tem só o problema de quem morre, mas de toda uma população que tem seu cotidiano interrompido.

Principais armas das polícias

Arma de porte: Pistola semi automática, calibre 40. O Ceará comprou 3 mil Sig Sauer.

Armas longas: Espingarda calibre 12 gauge. Submetralhadoras e carabinas calibre 40 ou 9mm, Fuzis 5,56 mm ou 7,62 X 51 FN Fal, Imbel IA2 Imbel (este tipo de arma não é para policiamento, pois é uma arma que demanda um treinamento e protocolo para evitar vítimas civis), HK 417 (Polícia Federal – 400 fuzis).

No Brasil, vemos um incentivo na imagem do “policial herói”.

Possibilidades de atuação

- Documentação de violações e uso de armas estrangeiras pelo crime – shamming process para controle de exportações (caso Guatemala) como embargo de exportação de armamentos. Case da Guatemala: A Bereta cancelou um contrato com a Guatemala, por índice de armas desviadas.
- Violações cometidas pelo Estado com armas estrangeiras, ou falta de controle dos arsenais. (HK – caso Marielle) Saber que a arma é alemã, é um escândalo, ao mesmo tempo que saber que foi comprada pela polícia federal e que a munição utilizada também foi desviada.
- Quarentena de exportações para pressionar por mudança de políticas. As armas também entram pelo Paraguai e é importante considerar países vizinhos.
- Articulação em rede da sociedade Civil para advocacy.

Tratado Internacional de Comércio de Armas – em 2012 foi aprovado

Desde o início, houve uma mobilização para brigar pela delegação brasileira. De 2013 a 2018, foi o tempo para o congresso assinar o tratado. Mas então Bolsonaro assumiu.

Case Colombia

É importante identificar exportações legais e ilegais. A exportação ilegal de Walther P99, P22 e Sig Sauer SP 2022 pelos Estados Unidos para a Colombia é um case. Houve a denúncia por uma rede de organizações da sociedade civil “Waffen für die Welt” (2014) > Sig Sauer julgada a pagar uma multa.

Segundo o Rüstungsexporte 2018, a Alemanha ganha 4,82 Mrd e 771 Mio Kriegswaffene. O Brasil é um dos 20 maiores compradores da Alemanha (Brasil 79 Mio).

Exigências possíveis

- Parar exportações de armas portáteis
- Parar exportações que violam direitos humanos sistemáticos e em conflitos armados.
- Nenhum licenciamento para manufatura de armas e munições alemãs
- Nenhuma subvenção para exportação de armas

Campanha Stopp Waffenexporte DE

Petição on-line We Acto. 140 mil assinaturas foram recolhidas e 2 milhões de pessoas impactadas.

A grande maioria (83%) dos alemãs são contra a exportação de armas. Na Alemanha, 60% a 70% das exportações são para países terceiros (como o Brasil).

Na Suíça

Na Suíça tem a opção das iniciativas populares. No ano passado teve uma petição exigindo que os critérios para exportação de armas sejam mais restritivas. E a Suíça não deveria exportar para países de guerras e que sistematicamente violem Direitos Humanos. 130 mil assinaturas foram colhidas para uma nova lei mais restritiva de exportação de armas. Atualmente, está claro que vai ter o plebiscito mas não sabemos quando. As organizações da sociedade civil fazem intensa campanha. Nos últimos 10 anos, o BR estava entre os 10 maiores compradores.